

HISTÓRIA

Uma reabilitação histórica

Entenda por que, cem anos depois, o Caso Dreyfus – em que um homem inocente foi condenado ao degredo – ainda reverbera na consciência da Europa e do mundo

MOACYR SCLiar *

O próximo dia 12 de julho será importante na França, mas, esperamos, nada terá a ver com a Copa. A data marca o centenário da absolvição de Alfred Dreyfus, evento que encerrou assim a parte judicial de um dos mais rumorosos casos da história moderna. Relembrando: em 1894, Alfred Dreyfus, capitão de artilharia do exército francês, foi acusado de passar segredos militares à embaixada alemã em Paris. O incidente logo teve grande repercussão, por causa de um detalhe: Alfred Dreyfus era judeu, o que de imediato desencadeou um movimento anti-semita de grandes proporções.

Intimidado, o alto comando francês de imediato submeteu o oficial a julgamento. As evidências eram controversas, para dizer o mínimo, e os erros judiciais numerosos, mas mesmo assim Dreyfus foi condenado a cinco anos de prisão na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, um lugar que, pelas terríveis condições, justificava a denominação. Dois anos depois, assumiu a contra-espionagem francesa o coronel Georges Picquart que, sem demora, conseguiu achar o verdadeiro espião, um oficial chamado Ferdinand Esterhazy. Informou a seus superiores, que, no entanto, decidiram não macular a honra das forças

armadas com um novo julgamento, “por causa de um judeu”. Picquart protestou e foi, por sua vez, preso. Mas as evidências em favor da inocência de Dreyfus cresciam, divulgadas pelos dreyfusards. Em 1898, o escritor Émile Zola publicou, no jornal L'Aurore, uma carta aberta dirigida à presidência da França e que ficou conhecida pelo título que lhe deu o jornalista e político Georges Clemenceau: “J'Accuse”. No ano seguinte, Dreyfus foi de novo julgado – e de novo condenado a 10 anos de prisão. Em 1906, veio a absolvição e junto com ela a indenização moral, sob a forma da Legião de Honra.

O caso Dreyfus teve grandes repercussões. Em primeiro lugar, mostrou a força e a virulência da direita anti-semita na França, direita esta que mais tarde viria a colaborar com os nazistas, ajudando na deportação para os campos de extermínio de milhares de judeus. Este fato impressionou profundamente um jornalista austríaco que, em Paris, cobria o processo. Theodor Herzl era um judeu assimilado, mas, diante daquela maré de intolerância, concluiu que para os judeus só havia uma solução possível, a criação de um Estado nacional, objetivo ao qual dedicou sua vida e que viria a se transformar em realidade com a criação do Estado de Israel, em 1948.

De outro lado, o debate todo mostrou que homens de pensamento, artistas, escritores podem e devem se posicionar diante das grandes questões políticas e sociais. Surgiu assim o termo *intelectual*,

cuja criação é atribuída ora a Georges Clemenceau, ora aos ativistas de direita. Referia-se a um grupo nunca muito bem caracterizado e que logo mostrou uma tendência para cisões; assim, a I Guerra opôs nacionalistas e pacifistas, a Revolução Russa criou uma rivalidade mortal entre trotskistas e stalinistas.

O prestígio dos intelectuais chegou a seu auge nos anos após a II Guerra, com Jean-Paul Sartre e o existencialismo. No entanto, o próprio Sartre foi criticado por suas posturas políticas, que incluíram uma militante adesão ao maoísmo.

Cem anos depois do caso Dreyfus, vemos que os dilemas daquela época permanecem atuais. O anti-semitismo e outras formas de intolerância continuam existindo, como se comprova pelas declarações do presidente do Irã ao negar o Holocausto. As reviravoltas da História (a queda do comunismo, por exemplo) resultaram, para os intelectuais, em perplexidade, e não é de admirar que um semáforo recentemente levado a cabo em nosso país tenha tido como mote *O Silêncio dos Intelectuais*. Mas perplexidade não é derrota, pelo contrário. Só os fanáticos são imutáveis em sua posição. Precisamos da lucidez dos homens e mulheres que associam inteligência, cultura, bom senso e equilíbrio emocional na análise dos grandes dilemas de nosso tempo. Precisamos dos intelectuais.

* Escritor e médico, colunista de ZH, autor de, entre outros livros, Os Vendilhões do Templo



Acima, a “ficha antropométrica” de Alfred Dreyfus, que preparou o banimento do capitão para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Ao lado, a última página do “bordereau” que levava Dreyfus à condenação

CRONOLOGIA

Setembro de 1894 – O *bordereau* (documento que incrimina Alfred Dreyfus, capitão judeu, de uma família de ricos industriais da Alsácia) chega ao Ministério da Guerra.

Outubro de 1894 – Dreyfus é preso.

Dezembro de 1894 – Dreyfus é julgado e condenado por um tribunal militar. É condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo.

Fevereiro de 1895 – Dreyfus embarca para a prisão na ilha.

Novembro de 1897 – Mathieu Dreyfus, o irmão de Alfred, divulga que Charles-Ferdinand Walsin Esterhazy é o verdadeiro culpado

Janeiro de 1898 – É publicado o artigo “J'Accuse”, do romancista Émile Zola, no L'Aurore, com tiragem de 300 mil cópias. No texto, o escritor acusa juizes, oficiais e ministros de terem enganado a opinião pública.

Fevereiro de 1898 – Após processo judicial, Zola é condenado a um ano de prisão e a 3 mil francos de multa. Perrenx, dono do L'Aurore, é condenado a quatro meses de prisão e tem de pagar 3 mil francos de multa.

Junho de 1899 – O tribunal de cassação anula o julgamento de 1894 e reabre o processo, reenviando Alfred Dreyfus a um novo conselho de Guerra. Émile Zola é autorizado a regressar do exílio de Inglaterra.

Setembro de 1899 – O tribunal de cassação anula o julgamento de 1894 e reabre o processo, reenviando Dreyfus a um novo conselho de Guerra. Ele permanece como traidor e é condenado a 10 anos de prisão.

Setembro de 1902 – Émile Zola é encontrado morto por asfixia em circunstâncias misteriosas

Julho de 1906 – Dreyfus é reabilitado e recebe a Legião de Honra.

Novembro de 1918 – Depois de servir na I Guerra Mundial, Dreyfus é finalmente promovido a tenente-coronel.

Julho de 1935 – Morre Dreyfus aos 75 anos.

Doze anos embrionários

GABRIEL BRUST

Intolerância, anti-semitismo, nacionalismo, histeria das massas, engajamento intelectual e idealismo são elementos que facilmente podem ser identificados no DNA dos acontecimentos políticos do século 20. Um caso jurídico que se desenrolou no final do século 19, no entanto, condensou toda essa ebulição de sentimentos e tendências em apenas 12 anos: o tempo que levou para que o oficial de artilharia do exército francês Alfred Dreyfus fosse acusado, preso, condenado e, finalmente, reabilitado, em 12 de julho de 1906.

As conseqüências de um caso de traição que começou aparentemente pequeno acabaram respingando nos lados mais diversos, da definição do espectro político – com a acentuação da oposição entre direita e esquerda –, à tomada de posição de um grupo que agora ousava dizer o seu nome, a classe intelectual. Talvez o lado mais relevante, no entanto, tenha sido o ressurgimento de um sentimento que nunca morreu, mas que, para muitos, no Caso Dreyfus, adquiriu os contornos sinistros que dariam origem ao nazismo.

Alfred Dreyfus reuniu em uma frase duas palavras que, na história da humanidade, quando associadas, costumam se tornar prenúncio de intolerância: judeu e traição. Ao ser acusado de entregar informações secretas aos alemães, o capitão personificou o bode expiatório que, desde o ano de 1870 – quando foi derrotada pelos prussianos – a França esperava encontrar.

– Era preciso descobrir quem traiu Napoleão. Surge uma onda de nacionalismo e xenofobia, com um clima propício para

acusar alguém que vem de fora. O processo vai num crescendo até que culmina com a acusação de Dreyfus. É a manipulação da verdade para dar força ao mito: todo judeu é traidor – descreve a professora Maria Luiza Tucci Carneiro, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Holocausto e Anti-semitismo da Universidade de São Paulo.

Os 12 anos entre a acusação e a reabilitação de Dreyfus são considerados por muitos como o momento mais expressivo do moderno anti-semitismo, expressão que abarca o momento em que o anti-semitismo tradicional, divulgado pela Igreja Cató-

Rui Barbosa foi um dos primeiros dreyfusards, antes mesmo de Zola

lica desde o século 15, é reforçado pelo anti-semitismo científico, que buscava na ciência a explicação para a inferioridade judaica. Grandes teóricos na França do século 19 já afirmavam que os judeus eram representantes da raça impura, formulando um discurso que seria apropriado pelos nazistas em um mesmo contexto de derrota e caça às bruxas, após a I Guerra.

– O anti-semitismo é dinâmico, e a dinâmica permite que o discurso vá sendo reformulado e adaptado em momentos de crise – afirma Maria Luiza.

O Brasil não passou incólume pelo Caso Dreyfus, apresentando tanto o lado dos dreyfusards (os apoiadores de Dreyfus) quanto o dos antidreyfusards (contra). De Londres, onde estava exilado, o jurista Rui

Barbosa revoltou-se com a injustiça e, em uma de suas *Cartas da Inglaterra*, defendeu Dreyfus e atacou o militarismo brasileiro.

– O próprio Dreyfus reconhece, anos depois, que esta foi uma das primeiras vozes a defendê-lo, antes mesmo do famoso artigo “J'Accuse”, de Émile Zola – conta o jornalista Alberto Dines.

Por outro lado, a matriz do pensamento anti-semita no Brasil pode ser considerada francesa. Livros racistas como *La France Juive* (A França Judia), de Édouard Drumont, eram obras de referência no Brasil por volta de 1886. Outro meio pelo qual as idéias antidreyfusards chegavam ao país eram cartões postais com caricaturas do capitão Dreyfus, muito populares na França. Artigos anti-semitas eram comuns em jornais católicos brasileiros.

A crise acabou dando origem a tentativas de se criar um antídoto para ela mesma, com o início de manifestações do moderno sionismo político. A frase “O Caso Dreyfus fez de mim um sionista” é atribuída ao jornalista austríaco Theodor Herzl, autor de *Judenstaat* (O estado judaico).

Depois de um século da absolvição de Alfred Dreyfus, boa parte das questões que permearam o caso não podem ser interpretadas hoje com os mesmos olhos, uma vez que os agentes políticos acabaram assumindo posições diferentes. Mas ainda que diferentes, elas permanecem.

– O anti-semitismo, depois da criação do Estado de Israel, adquiriu novos aspectos. Tornou-se terceiro-mundista. Surgiu a figura do anti-semita de esquerda, coisa antes impensável, e impregnou o fundamentalismo muçulmano e lutas de estilo anticolonialista – ressalta o sociólogo Marcelo Coelho.

O dilema dos intelectuais

FOTOS REPRODUÇÃO

Não fosse o momento em que aconteceu, o Caso Dreyfus poderia entrar para a história como apenas mais um de tantos erros judiciais. Mas, desta vez, o erro vicejou no terreno da paixão política em um momento especial, segundo o jornalista Alberto Dines, organizador do livro *Diários Completos do Capitão Dreyfus*: era a infância da Era das Ideologias, combinada com o nascimento geminado da Era da Comunicação e da Sociedade de Massas.

O terreno estava preparado para a entrada em campo de um time de sábios, escritores e artistas franceses engajados na causa da revisão do processo de Dreyfus. Foi de um documento coletivo subscrito por eles que surgiu a expressão *intelectual*, que, de início, foi usada pejorativamente pela direita nacionalista e anti-semita. Entre dreyfusards e anti-dreyfusards, enfileiraram-se nomes de peso, como Marcel Proust, Émile Zola, Leon Blum, Claude Monet, Maurice Barrès e Oscar Wilde, para citar os mais conhecidos. O viés político, além do anti-semita, fica claro através da visão dos intelectuais, opondo direita e esquerda.

– É em defesa do pragmatismo político e da Razão de Estado que Barrès e outros se colocaram contra a revisão do processo. Seria uma humilhação para o exército francês voltar atrás. Os intelectuais dreyfusards condenavam essa submissão ao pragmatismo. Ironicamente, no século 20, foi a esquerda que assumiu, muitas vezes,



A carta-aberta do romancista francês Émile Zola na primeira página de L'Aurore: “Eu acuso”

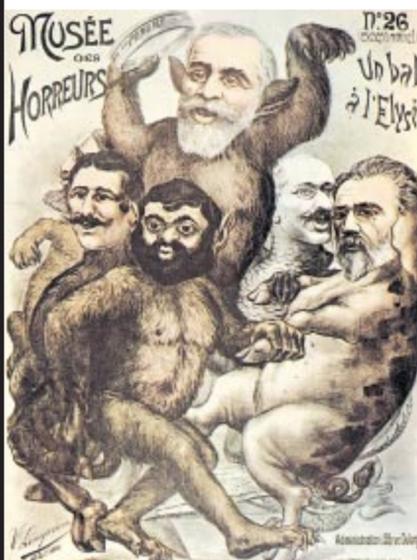
o papel pragmático, achando inconveniente, por exemplo, denunciar os campos de concentração na União Soviética – analisa o sociólogo Marcelo Coelho.

O caso marca o engajamento declarado da classe intelectual em causas políticas e inaugura uma discussão que hoje, mais do que nunca, se impõe: até que ponto o intelectual deve se envolver em questões políticas, deixando o campo da abstração?

– É impossível não ter um posicionamento, principalmente para intelectuais, a quem é atribuída a função de pensar a sociedade. Mas a profissionalização dos intelectuais, nas últimas décadas, acabou afas-

tando-os da discussão política – afirma Cláudia Wasserman, professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Também para o jornalismo e para as letras o Caso Dreyfus deu sua contribuição. O famoso editorial “J'Accuse” (Eu acuso), de Émile Zola, se tornou um marco, não apenas pela forma (agressiva, ocupando toda a primeira página e terminando com oito frases curtas começadas com a mesma expressão: “Eu acuso”), mas também simbolicamente. Depois da economia e da política, a Queda da Bastilha chega para também para a cultura. (Gabriel Brust)



Charge satiriza os dreyfusards: (a partir da esquerda) Scheurer-Kestner, Picquart, Reinach, Loubet, o próprio Dreyfus e Émile Zola